



**187ª Sessão Extraordinária
Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis**

Informações Preliminares

187ª Reunião Online do Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis, Caráter Extraordinário. 16 de Março de 2021, Sala do Conselho Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde – SMS. Av. Prof. Henrique da Silva Fontes, 6.100, Trindade, Florianópolis, SC. Das 32 instituições que compõem o CMS, 19 estavam presentes, 13 entidades faltaram. Estiveram presentes 53 participantes na condição de servidores, convidados, estudantes e comunidade em geral.

Abertura e Pauta

Gerusa Machado, Secretária Executiva do CMS.

Declarou aberta a 187ª Plenária Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis. Informa que a Plenária Extraordinária foi convocada por $\frac{2}{3}$ das entidades que compõem o Conselho.

Pauta

1. Medidas mais restritivas contra a COVID-19 em Florianópolis.
2. Situação dos Agentes Comunitários de Saúde de Florianópolis.

Desenvolvimento dos Trabalhos

1º Ponto de Pauta | Medidas mais restritivas contra a Covid-19 em Florianópolis

1.1 Matheus Pacheco de Andrade, Gerência de Inteligência e Informação.

Saudou a todos, iniciou sua apresentação sobre a atual situação da pandemia no município destacando que estamos vivendo o pior momento desde o início da pandemia no país. Mostrou dados da curva de progressão da média móvel de casos nos últimos sete dias, concluindo que essa média não baixou desde outubro de 2020, e no momento se encontra com grande aceleração do número de novos casos.

Sobre a relação de casos suspeitos, afirmou que também está altíssima. Relatou que um dado preocupante é que os casos suspeitos têm se mantido no mesmo patamar desde outubro, já os confirmados tiveram uma queda e agora estão subindo novamente. Esse descolamento do número de casos suspeitos e confirmados é preocupante e pode ter relação com a circulação das novas variantes da *Covid* ou com a sobrecarga na capacidade de diagnósticos, mas que isso ficará mais claro a partir da divulgação do número da progressão de óbitos.

Afirmou que considerando o número de óbitos, estamos em um momento muito preocupante, com números de óbitos cada vez mais ‘explosivos’, o que provavelmente se dá por termos atingido a capacidade hospitalar da região e a circulação das variantes.

Mostrou, através de um gráfico, a quantidade de leitos de UTI disponíveis na Grande Florianópolis, de todas as faixas etárias, públicos e privados, e a quantidade de pessoas internadas nesses leitos. Esses números indicam que a partir de fevereiro a curva de internados ‘colou’ na curva de leitos disponíveis, ou seja, não estamos conseguindo abrir mais leitos do que o estritamente necessário, e ainda há muita demanda reprimida, então mesmo que se abram mais leitos, os mesmos serão rapidamente ocupados por essas pessoas na fila de espera.

Reforçou que a capacidade de se abrir mais leitos é limitada e a necessidade de atenção em saúde é progressiva. Destacou que nunca tivemos uma ocupação hospitalar tão alta, e que a praticamente 4 semanas não temos mais leitos adultos disponíveis, e não há uma medida em tempo real para indicar o quanto isso está afetando os óbitos e agravamentos de outras doenças que não sejam a *Covid-19*.

Afirmou que estamos tendo uma explosão de casos novos, em Florianópolis foram declarados 60.000 casos confirmados até o momento, o que demonstra que ainda temos muito pela frente nessa luta.

Sobre o número de pessoas residentes em Florianópolis internadas em UTI para *Covid*, mostrou com um gráfico a progressão dos casos, reforçando que a tendência é aumentar, não estabilizar. Afirmou que estamos nesse patamar desde janeiro.

Declarou que a idade média dos óbitos por *Covid* em Florianópolis que era de 60 a 70 anos agora está tendo uma queda progressiva, e a tendência é que continue diminuindo conforme se vê a maior circulação das novas variantes do *Covid*.

Sobre a relação dos nossos números com os dos municípios vizinhos, apontou que usou os dados disponibilizados pela Secretaria Estadual de Saúde para montar o gráfico que utilizou. Afirmou que no início tínhamos números baixos de casos a cada 100.000 habitantes, no momento em que foram tomadas medidas de restrição no município, o que não aconteceu nos municípios vizinhos, fazendo com que eles tivessem acréscimo no número de casos enquanto nós não tivemos.

Falou sobre Palhoça, que no início da pandemia também teve medidas restritivas mais fortes e conseguiu diminuir o número de casos naquele momento.

Trazendo os dados sobre óbitos de forma histórica concluiu que até junho/julho de 2020 não houve quase nenhuma morte por *Covid*, inclusive Florianópolis foi a única capital sem óbitos por um mês. Já nos dias atuais é possível perceber os números de óbitos progredindo e os municípios aumentando em uníssono.

Utilizando ainda o gráfico, apontou que nos últimos dias pode-se perceber que muitas pessoas já não conseguem mais ter acesso a leitos de UTI devido a alta ocupação, e vem a falecer.

Informou ainda que não há dados, e não sabe dizer o quanto tudo isso pode estar afetando e causando aumento no número de casos de acidente vascular cerebral, infarto, insuficiência coronariana e politrauma: “Temos uma ‘visão míope’ da coisa, mas mesmo essa visão míope já é bem preocupante”.

Finalizou sua apresentação.

1.2 Nereu Sandro Espezim, Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Florianópolis.

Se colocou enquanto servidor público do Hospital Governador Celso Ramos e afirmou que esses dados são extremamente alarmantes, pois a demanda dos municípios tem aumentado muito, estamos vivendo o pico da pandemia.

Falou da falta de uma comissão de operação especial no município, para gerenciar essa situação. Declarou estar preocupado com a possível necessidade de transformar as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) em UTI, perguntou ao Secretário Municipal de Saúde qual a estrutura do município para lidar com essa situação.

Além disso, falou que os pacientes vêm sendo encaminhados das Unidades Básicas de Saúde para as internações. Reafirma que é muito grave o que estamos vivendo: “Quando inclusive o Ministério Público de SC passa para a comissão técnica a responsabilidade”. Questionou ao Secretário ou a qualquer outro conselheiro presente tem a habilidade de decidir quem vive e quem morre e quem será responsabilizado por essas mortes no final da pandemia.

1.3 Helena Jucelia Vidal de Oliveira, Membro do Quilombo Vidal Martins.

Interrompeu a fala de Nereu pedindo um auxílio sobre o estado de saúde de sua mãe, pois não sabia como proceder diante de um quadro de desorientação por parte da paciente.

1.4 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Diante do cenário relatado por Helena, recomenda o encaminhamento da paciente a UPA Norte ou ao Centro de Saúde mais próximo, o mais rápido possível.

1.5 Nereu Sandro Espezim, Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Florianópolis.

Finalizou sua fala retornando ao fato que pessoas sem comorbidade estão adoecendo e que é necessária a aceleração em investimentos, estratégia e responsabilização do poder público.

1.6 Vitória Davi Marzola, Conselheira Local do Rio Vermelho.

Agradeceu a apresentação dos dados sobre a *Covid-19*, destacou que seu questionamento será sobre a comunidade Quilombola Vidal Martins no Bairro Rio Vermelho, representada por Helena Jucelia, que estava presente na reunião. Pontuou que o bairro Rio Vermelho é o que mais registra atendimentos na Unidade de Saúde e que possui mais equipes de saúde atendendo seus moradores, porém, assim como todas as outras unidades, se encontra esgotada, o que acaba fazendo com que não seja possível realizar seus atendimentos ao Quilombo.

Fez um apelo a Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis, para que se de uma atenção a essa comunidade Quilombola, pois a situação atual é de vários membros do Quilombo que não estão conseguindo ter acesso a medicamentos e que há vários membros dessa comunidade testando positivo para a *Covid-19*. Afirmou que essa comunidade deveria fazer parte da primeira fase de vacinação, e não da segunda, como é atualmente.

Finalizou sua fala reiterando o seu apelo junto a SMS para o atendimento ao Quilombo Vidal Martins.

1.7 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Declarou que participou de uma reunião com a promotora sobre essa questão da comunidade Quilombola, disse que na reunião da CIB (Comissão Intergestores Bipartite), ficou definido que a comunidade ficaria na segunda fase da campanha de vacinação, e que qualquer antecipação ou postergação, significa quebra da ordem de vacinação, ou seja, assim que finalizar a primeira fase, a comunidade quilombola será vacinada. Informou que a necessidade de assistência é do Rio Vermelho, assim espera que o atendimento continue, e que pacientes em estado grave devem assim como toda a população, ser encaminhados para a UPA mais próxima. Pontuou que dois ou três pacientes membros da comunidade já foram vacinados pelo critério de idade. Resumiu

dizendo que sugeriu a Promotora Lúcia Hartmann que encaminhe à CIB uma solicitação de reversão do Plano de Vacinação. Finalizou sua fala informando que aguarda a decisão, para modificar ou não o plano de vacinação, mas que não há autonomia para modificar arbitrariamente o Plano Nacional de Vacinação.

1.8 Helena Jucelia Vidal de Oliveira, Membro do Quilombo Vidal Martins.

Pontuou que vários municípios priorizaram as comunidades Quilombolas, ao contrário de Florianópolis e Santa Catarina. Citou que a convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que define comunidades Quilombolas como grupo prioritário, está sendo descumprida pelo município, inclusive declarou que se necessário, será denunciada a situação, pois é um claro caso de “ racismo e discriminação”. Continuou sua fala, declarando que será feito um ato público, além da ida à Redes Sociais para denunciar a situação, pois era necessário que os Quilombolas estivessem junto aos indígenas na primeira fase da vacinação.

Seguiu seu desabafo onde disse que foi maltratada na UPA, além de que há falta de recurso financeiro por parte da comunidade para o deslocamento até as UPA e que a situação atual é um claro caso de omissão da Prefeitura com os Quilombolas, pois nem mesmo os idosos estão sendo vacinados.

Relatou que está cansada das mesmas desculpas e da evidente omissão do município. Volta a acusar o município de estar cometendo ato de racismo contra os quilombolas da comunidade Vidal Martins.

1.9 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Declarou que entende a angústia da comunidade Quilombola, mas é preciso compreender que são obedecidos os critérios da CIB nos Planos de Vacinação Estadual e do Municipal. Argumentou que há um equívoco na fala da representante Quilombola, sobre o município não considerar essa comunidade como prioritária, pois o que houve foi uma divisão dos grupos prioritários em fases conforme o risco de Saúde. Reiterou que está sendo executado o Plano de Vacinação, que inclusive está publicado, cumprindo o critério de transparência.

Informou que há uma expectativa que a fase 1 termine até final do mês de Março, para que assim inicie a segunda fase, onde serão vacinados os Quilombolas. Disse que a decisão tomada a nível estadual foi muito mais baseada na população Quilombola de Campos Novos, que somam cerca de 9.000 pessoas e outros com maior número de pessoas.

Continuou respondendo aos questionamentos de Nereu Sandro Espezim que haviam sido interrompidos, declarou que estamos vivenciando uma disputa que foi colocada no início da pandemia entre economia e saúde, inclusive de forma equivocada e irracional, e que desde então, defensores das duas correntes vem se enfrentando em narrativas. Ressalta que a posição da SMS é clara, onde defende como elemento de controle da pandemia a vacinação e distanciamento social. Declarou que a proposta de Florianópolis foi de medidas mais restritivas, mas o que foi publicado é fruto de uma exaustiva negociação de cinco dias com outros 22 municípios da Grande Florianópolis.

Afirmou que o governo do Estado está sendo questionado pelo Judiciário acerca das medidas de restrição que irá propor, reforçou que isso suscita um debate em toda a sociedade sobre qual a melhor medida a se tomar neste momento.

Declarou que há a necessidade de maior investimento nos hospitais da região.

1.10 Lisia Maria Barth Lavalhos, Conselho Distrital de Saúde Norte

Saudou a todos e se apresentou. Afirmou que a UPA Norte está lotada, muitas pessoas estão sendo mandadas para casa tomando Dipirona. Disse que viu durante o verão muito movimento em Canasvieiras, com pessoas bebendo e compartilhando *narguilé*, sem fiscalização da Polícia. Com isso, reforçou a mudança na faixa etária dos contaminados por *Covid*, que agora são pessoas mais jovens. Questionou ao Secretário por que não houve maiores medidas de prevenção e fiscalização pela Prefeitura, tanto durante o verão quanto agora nos finais de semana em que houve *lockdown*.

Afirmou que entende que provavelmente não há tantos policiais trabalhando para serem destacados para essa tarefa de fiscalização e que o povo deveria ser mais consciente, porém destacou que está faltando esforço da Prefeitura para tal.

Além disso, questionou que considerando a situação atual, é o momento para se demitir os Agentes Comunitários de Saúde que ajudam tanto nas Unidades Básicas de Saúde e afirmou que não consegue concordar com isso. Termina sua fala declarando grande respeito e admiração pelo Secretário de Saúde Dr. Paraná.

1.11 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Respondendo a Lisia, questionou se a responsabilidade pelo controle da pandemia é somente do Estado, ou se cabe também à população ter consciência. Afirmou que somos todos responsáveis, cada um individualmente e o Estado enquanto elemento norteador para tal, porém, colocar toda a culpa na população também não é o certo, todos são responsáveis e precisam se conscientizar coletivamente.

Afirmou que atualmente contamos com 50 fiscais, São José tem 5, muitas cidades pequenas não tem nenhum, pois há uma dificuldade em relação ao número de pessoal disponível.

Declarou que nos tornamos o país com maior número de óbitos no mundo, e reforçou que precisamos, então, de um chamado único sobre o que fazer para conseguirmos controlar a pandemia.

Sobre os Agentes Comunitários, afirmou que estão lutando há algum tempo para que eles não fossem demitidos, declarou que estão entrando com uma ação junto ao Tribunal de Contas dizendo que este é o momento mais inoportuno possível para uma ação como esta. Reforçou que não houve nenhum movimento da Prefeitura para demitir estes servidores.

Lembrou uma questão que o Nereu colocou, sobre transformar as UPA's em UTI's, reforça que não é tão simples assim pois UTI's têm diversos equipamentos e pessoal que as UPA's não têm, portanto não é possível. Afirmou que o que dá para fazer nesse momento é não deixar as portas das UPA's fechadas e dar toda a assistência possível aos pacientes lá.

1.12 Wallace Fernando Cordeiro, Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Florianópolis.

Saudou a todos, pediu que a Secretaria apresentasse os números de óbitos em Florianópolis por declaração de óbito, por cada causa, separadamente. Afirmou que as portas de acesso por patologias em Florianópolis estão fechadas, pois os hospitais estão lotados com pacientes com *Covid*, fazendo assim, aumentar o número de pessoas morrendo em casa. Reforça que esses números são muito importantes para debater as ações a serem feitas nesse momento.

Falou que a responsabilização em cada nível é diferente, no âmbito Estadual o Governador, o Secretário Estadual de Saúde e o Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES), serão questionados nesse sentido, e no âmbito Municipal quem será questionado é o Prefeito e o Secretário Municipal de Saúde. Portanto, nós do Conselho precisamos atuar no que for da nossa alçada.

Falou sobre sua tia, que é técnica de enfermagem no Hospital Regional, tem lúpus, tomou a primeira dose da vacina e estava esperando a segunda. Começou a sentir dores abdominais, foi ao Hospital de Caridade e descobriu que está com CA (CÂNCER) de cabeça e de pâncreas, está esperando abrir vaga de UTI para fazer a cirurgia com urgência, pois pode vir a ter insuficiência renal. Afirmou que agora precisa ir à UBS com os documentos para incluí-la no SISREG (Sistema de Regulação) e não está conseguindo acessar a UBS do Campeche por ser do grupo de risco.

Reforçou que estamos unindo esforços contra a *Covid*, mas a atenção básica é entrada de outras patologias, e este atendimento está sendo prejudicado.

Menciona a pandemia de 1918, na qual o pós pandemia foi horrível para a economia pois as famílias estavam desestruturadas, havia um sentimento de convulsão social pois as pessoas estavam sem a mínima condição de vida garantida. Reforçou que precisamos conhecer a história para construir o futuro.

Afirmou que o COES não é ouvido pelo Estado, reforçou que o impeachment do Governador está parado na Câmara Legislativa justamente para servir como chantagem para que ele não tome medidas restritivas no Estado, pois pelo COES as únicas medidas eficientes seriam o *lockdown* ou a vacinação em massa.

Alertou que uma funcionária do município, vacinada com as duas doses, contraiu a doença de forma grave e está internada na UTI do Hospital Celso Ramos. Afirmou que a nossa vigilância precisa checar isso, para saber se o que houve é uma falha vacinal ou falha da vacina.

Destacou que precisamos dar atenção à demanda do Quilombo Vidal Martins pois estas pessoas se igualam aos indígenas aldeados, por viverem no quilombo, que é um núcleo fechado, portanto, deveriam estar no grupo prioritário para a vacinação. Reforçou que isso pode dar processo judicial inclusive, e que muitos municípios vacinaram os quilombolas junto com os indígenas aldeados, portanto, já passou da hora de vacinar essas pessoas.

Por último, agradeceu a todos e se despediu do Conselho, pois voltará a trabalhar na linha de frente do combate à *Covid* e portanto, deixará de ser conselheiro titular, ficando como suplente do Nereu.

1.13 Gerusa Machado, Secretária Executiva do CMS.

Afirmou que irão sentir falta do Wallace no Conselho e que o Sindsaúde sempre está junto ao Conselho agora com o Nereu na titularidade.

1.14 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Reforçou que sentirão a falta do Wallace no Conselho. Falou sobre o que foi colocado por ele, sobre alguém vacinado com as duas doses desenvolver a doença de forma grave, que isto está sendo estudado no mundo todo, pois não é só aqui que aconteceu.

Reforçou que é importante termos cuidado ao falar sobre isso, pois dá mais argumento para o pessoal anti vacina, que já fala sobre tomar a vacina da gripe e ficar gripado. Nós sabemos que as vacinas não possuem 100% de eficácia, é a limitação da vacina, e com a *Coronovac* não é diferente, porém, houveram estudos que apontaram que mesmo os que contraíram a doença estando vacinados não tiveram a forma grave e nem vieram à óbito.

Reforçou a importância de monitorar esses casos, se essa pessoa realmente tomou a vacina, se está no tempo de proteção da vacina, ou seja, se já passaram os 21 dias após a segunda dose da vacina. Falou que, embora muitas pessoas pensem que após a primeira dose da vacina já estão imunizadas, isso não é verdade, pois primeiro precisa de um determinado tempo para o corpo produzir anticorpos suficientes, segundo que nem todas as pessoas têm reações iguais à vacina. Para muitas pode não ter o resultado almejado, e terceiro que está sendo estudado se as vacinas

disponíveis protegem ou não contra as variantes da *Covid-19*, mas que estes estudos ainda são muito recentes e, portanto, não há certezas sobre isso, e por isso é de extrema importância que o caso citado pelo Wallace seja estudado para saber se é a *Covid-19* ou alguma variante.

1.15 Matheus Pacheco de Andrade, Gerência de Inteligência e Informação.

Complementou a fala de Carlos Justo, informando que ainda não há o número de óbitos por outras causas, disse inclusive que também tem essa dúvida e que assim que esses dados chegarem ao seu conhecimento, os mesmos, serão compartilhados com o Conselho.

1.16 Wallace Fernando Cordeiro, Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Florianópolis.

Questionou o motivo de não se ter esses números.

1.17 Matheus Pacheco de Andrade, Gerência de Inteligência e Informação.

Argumentou que é devido aos dados do SIM (Sistema de Informação de Mortalidade) com um atraso muito grande, pontuou que até o meio do ano 2020, era possível consultar dados preliminares no site da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério, porém, a partir de setembro, não houve mais atualizações dessas informações.

Sobre a vacinação, destacou ser importante lembrar de dois fatores. O primeiro é que a vacinação tem uma eficácia individual limitada, ela é um instrumento de Saúde Populacional e não só individual, e que não podemos dar munção para negacionistas. O segundo é sobre vacina ou distanciamento, na verdade é vacina e distanciamento, pois a vacina sem distanciamento pode ser causadora de mutações resistentes.

1.18 Janaina Conceição Deitos, Federação Catarinense de Mulheres

Destacou o relato da representante do Quilombo Vidal Martins, que representa um grito de socorro, pois as pessoas estão morrendo sem assistência e a pandemia segue descontrolada. Disse ainda, que não enxerga solução. Disse concordar com a fala do Presidente do Conselho Dr. Carlos Justo sobre a falta de uma coordenação nacional, mas que em sua visão, essa falta, continuará enquanto o Presidente da República continuar no cargo, e que devido a isso, Governadores e Prefeitos estão fazendo o possível para o seu território, que é o que resta.

Lembrou que se tem um ano de experiência internacional no combate à pandemia, então sabemos o que fazer, e a gente em Santa Catarina fez um lockdown de fim de semana em meio a uma pandemia descontrolada, e o grupo de prefeitos fez restrições de 18h as 6h, em ambos os casos declarou não ter conhecimento de algum estudo científico que embasa essa decisão. Pontuou o argumento usado pelo Prefeito que diz não ser possível tomar medidas mais restritivas sem o apoio dos municípios vizinhos, mas citou o mês de Julho de 2020 onde Florianópolis conseguiu ficar 30 dias sem mortes.

Argumenta que entende o sentimento de pessoas que não podem ficar em casa, mas que o Poder Público de posse de mais informações, tem a responsabilidade de criar campanhas de conscientização das pessoas que não têm acesso a todas as informações. Ressaltou ser um momento em que é preciso união, independente de ideologia política, pois são vidas humanas que estão sendo ceifadas. Continuou dizendo que a situação exige mobilização 24 horas com todos os recursos disponíveis.

Questionou qual o problema de se efetuar um lockdown de 14 dias, e que queria entender os critérios das medidas adotadas pelo Governo Estadual e Municipal. Sugeriu que se formule uma carta aberta defendendo o lockdown de 14 dias. Sobre o relato da comunidade quilombola cobrou

que mesmo que não se tenha vacinas no momento, é preciso fazer um aceno através de visitas de trabalhadores da saúde ao local, mostrando que há o interesse em atender aquelas pessoas que ali estão.

1.19 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Respondeu que foi feito um acordo com os municípios que propuseram o *lockdown* de 14 dias e com os que não quiseram, alguns que não queriam restrição alguma, outros aceitando algumas restrições, dessa forma, a primeira reunião foi finalizada enquanto dissenso sobre o encaminhamento e foi marcada uma nova reunião para discutir isso. Afirmou que a posição dos Secretários Municipais de Saúde dos quatro maiores municípios da Grande Florianópolis com os quais conversou são favoráveis às medidas de restrição solicitadas pelo Ministério Público, porém ainda há a presença de argumentos como a falsa dicotomia entre economia e saúde, e a culpabilização da população pela gravidade da situação, e que, por esse motivo, não adiantaria fazer *lockdown* se ninguém irá respeitar e que não há pessoal suficiente para estar em todos os lugares garantindo o *lockdown*. Afirmou que depois de 4 reuniões e 3 diferentes versões das medidas de restrição, conseguiram aprovar as medidas que foram divulgadas, além do consenso de que não faria sentido ter medidas diferentes para cada município. Informa que houve grande embate sobre o horário para as restrições, muitos queriam que fosse a partir das 20h, mas conseguiram aprovar que fosse a partir das 18h pensando nos casos de pessoas que saem de seus serviços e vão para *happy hour* ou bares após e nos acidentes de trânsito que têm maior incidência no período da noite.

No âmbito internacional, afirmou que Portugal fez um *lockdown* de quase 6 semanas e o Reino Unido fez de 4 semanas.

Reforçou que ainda há muitos questionamentos sobre a eficácia de um *lockdown* a partir das 18h de um lado, e sobre a ‘morte de empregos’ em Florianópolis com esse *lockdown*: “Você acaba desagradando todos os lados ao mesmo tempo”.

Explicou sua esperança com a posse do novo Ministro da Saúde, de que a ciência prevaleça e as medidas necessárias sejam tomadas.

1.20 Marcos Cesar Pinar, União Florianopolitana de Entidades Comunitárias.

Afirma que, ao conversar com diversos conselheiros, chegou a conclusão de que o Conselho precisa tomar uma posição nesse momento. Declara que, se tivessem sido tomadas medidas de restrição mais duras em dezembro, talvez hoje a situação não estivesse tão ruim como está, e que naquela época já se previa que haveria um crescimento dos casos a ponto de atingir a lotação máxima dos leitos de UTI disponíveis. Hoje, já passamos dos 100% de ocupação dos leitos, tendo já filas de espera, e nenhuma ação restritiva mais forte que consiga conter o crescimento de casos e óbitos está sendo feita.

Declarou que *lockdown* apenas nos finais de semana não é suficiente, pois os trabalhadores continuam circulando em lugares de potencial contaminação, com isso, afirmou que defende a medida proposta pelo Ministério Público. Por fim, declarou que está na hora de enviarmos uma carta ao Governador do Estado e ao Prefeito reforçando nossa posição favorável ao *lockdown* de 14 dias para garantir a vida das pessoas, pois se nenhuma ação for tomada, a situação tende a chegar a níveis catastróficos.

Continuou falando da questão do Quilombo Vidal Martins, onde seu desejo era de fazer um encaminhamento mais concreto, pois se houver um número de casos nessa pequena comunidade, há o risco de se perder uma comunidade quilombola inteira. Então é preciso criar uma política pública de vigilância sanitária nessa comunidade, visitando a comunidade para identificar a

situação e que se o direito da vacina existe conforme mencionado anteriormente, “porque não fazê-lo?”. Destacou a possibilidade do CMS encaminhar a CIB, uma solicitação para a vacinação das comunidades quilombolas como prioridade.

1.21 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Sobre o questionamento do Lockdown de 14 dias, declarou que na reunião dos prefeitos da Grande Florianópolis, tanto o prefeito como ele próprio (Carlos Justo) defenderam essa medida e que tem amplo acordo com o Conselho. Entretanto, isso não vem ocorrendo aqui, como em todo no País, pois há uma clara polarização entre saúde e economia onde não se consegue chegar a um denominador comum. Lembrou que agora, não é somente a Saúde que toma essas decisões, e sim, vários setores onde há pressão, como por exemplo, de empresários junto ao Governador. Disse ainda que devido a esse cenário, alguma restrição obviamente é melhor do que nenhuma, mas que a posição final é sim por 14 dias. Disse que a proposta inicial era de 16 dias, baseado em um trabalho científico chamado “A foice e o martelo” e que foram desautorizados por exatamente uma polarização que ocorreu, onde havia até ameaça de punição para quem decreta lockdown. Relembrou que na cidade, na semana passada, houve até carreatas contra Lockdown, em resumo disse que há uma grande dificuldade por parte dos gestores em adotar essa política em conjunto, devido a todo esse cenário polarizado. Pontuou que as medidas restritivas adotadas na região foram uma conquista dos Municípios de Florianópolis e São José, pois os demais se posicionaram contra quaisquer medidas restritivas e que depois de muita negociação, se chegou às medidas adotadas.

Sobre a Comunidade Quilombola, sugeriu que o CMS fazer uma solicitação junto ao COES e a CIB solicitando a alteração do calendário, e que os Quilombolas possam ser vacinados antes, se esse for o entendimento. Disse que a CIB muito provavelmente vai argumentar, pois a ordem de vacinação atual, foi planejada com base na população quilombola do Estado de Santa Catarina como um todo e o número de vacinas disponíveis. Entretanto, entende ser plausível fazer a solicitação à CIB, e que fica a critério da mesma se vai ou não alterar o calendário de priorização.

1.22 Emerson de Jesus Duarte, Conselho Distrital de Saúde Sul.

Sobre o Lockdown a nível estadual, declarou que a situação é de “finge que eu faço lockdown e vcs fingem que acreditam”. Destacou a ação do Governo Estadual do Piauí, onde o mesmo encaminhou à Assembleia Legislativa uma proposta de auxílio emergencial estadual de dois pagamentos de R\$500,00, atitude bem diferente de nosso governo estadual e federal.

Sobre a comunidade Quilombola, disse estar verificando a definição da sequência de vacinação do Estado do Rio Grande do Sul, e que lá Quilombolas estão em conjunto com a população indígena, observado isso, questionou o motivo dessas diferenças conforme o Estado analisado.

1.23 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Argumentou que existem três instâncias, o Plano Nacional, Estaduais e Municipais de Vacinação, onde um não pode atropelar o outro, mas disciplinar sem mudar as etapas do Plano Estadual. Sobre o exemplo citado do Rio Grande Sul, declarou não conhecer a fundo, mas já que consta essa informação, está sendo obedecido o Plano Estadual.

1.24 Sulimar Vargas Alves, Conselho Distrital de Saúde Centro

Saudou a todos e apontou a necessidade do Conselho se posicionar sobre a atual situação, pois são vidas que estão sendo perdidas, sendo assim, é preciso haver uma recomendação por parte do Conselho. Disse ainda que a Gestão Municipal não respeita o CMS, pois há uma resolução de

dezembro que ainda não foi assinada. Disse que a situação precisa ser resolvida, ao invés de ficar um jogando a culpa para o outro. Citou ainda, a fala do Presidente do Conselho, para afirmar que hoje, o mesmo, não é ouvido pelo Prefeito e que todos ali estão “enchendo linguiça”. Questionou se alguém da prefeitura já fiscalizou o transporte público em horários de pico, que está com horários reduzidos e com ônibus lotados. Continuou questionando sobre medidas de controle no Aeroporto da cidade, pois em sua visão, as novas mutações do *COVID-19* chegaram a Florianópolis por esse local. Ressaltou que a Prefeitura parece, de fato, ouvir somente empresários e ignorar o CMS, atitude essa, tomada também pelo Governo Estadual. Em resumo deixou claro a sua indignação com a falta de respeito da Prefeitura com o CMS e a necessidade de uma recomendação do CMS pedindo um lockdown de 14 dias.

1.25 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Argumentou que é preciso entender que nas decisões de restrições ou *Lockdown*, a área da Saúde é sim ouvida, inclusive com o Conselho colocando suas posições na mesa, entretanto, outros setores também levam suas posições e o Prefeito assim, toma suas decisões baseadas no conjunto da sociedade.

Afirmou que a área da Saúde tem colocado desde o começo a mesma posição, de confiança na ciência para subsidiar as ações necessárias, reforçou inclusive, que a pressão exercida pela área da Saúde fez com que fosse barrado o projeto de prescrição de medicações supostamente preventivas à *Covid*.

Reforça que todas as opiniões são importantes, e que o Prefeito toma suas decisões baseadas no coletivo, nenhuma decisão é isenta. Alguém sempre será prejudicado, é assim em todos os países. Mas afirmou que, quando há consonância entre os diversos entes de decisão, o processo se torna mais fácil.

Falou que ainda podemos levar a cabo a nossa solicitação por *lockdown* e medidas mais restritivas. Sobre a questão do Aeroporto, afirmou que a variante P1 chegou à Londres, e agora estão proibidos por 60 dias os voos do Brasil para lá, porém, ainda é muito difícil conter o vírus por conta do grande tráfego de produtos e pessoas. Reforçou que estão testando nos aeroportos as pessoas que estiverem com sintomas, mas que, muitos transmissores são assintomáticos, por isso, muitos aeroportos no mundo estão exigindo teste PCR de no máximo 48h de antecedência, mas o Brasil não adotou essa medida.

1.26 Josimari Telino de Lacerda, Universidade Federal de Santa Catarina.

Saudou a todos, iniciou sua fala afirmando que lockdown foi banalizado, que não é tão fácil assim tomar essa medida de prevenção, e que não é necessário apenas um decreto para que isso ocorra, precisa-se garantir as condições (econômicas e ideológicas) para que as pessoas o cumpram.

Reforçou a necessidade do Conselho se posicionar publicamente quantas vezes forem necessárias, expondo quais são as suas recomendações para esse momento.

Reforçou também, a importância do Conselho enquanto espaço deliberativo, mas que durante a pandemia, o mesmo não participou de nenhum espaço de decisão além dos espaços do próprio Conselho.

Destacou que acha importante fazermos uma carta com as nossas recomendações, e concordou com a fala do Secretário de que, qualquer medida restritiva neste momento será importante, mas não suficiente. E falou de sua preocupação em desqualificar a palavra *lockdown*, e que é necessário explicitar que o que estamos vivendo não é *lockdown*.

Lembrou a fala do Secretário Estadual de Saúde de SC, que diz que lockdown não é efetivo e não o foi em lugar nenhum do mundo, atestando nacionalmente que não tem conhecimento algum sobre a pasta que ocupa. Com isso, reforçou a necessidade do Conselho esclarecer à população sobre o que realmente é *lockdown* e o porquê da sua necessidade e efetividade em situações extremas, que as medidas adotadas até agora não se caracterizam como *lockdown*, e para além disso, reforçar a necessidade de outras medidas conjuntas ao *lockdown*.

Destacou que é muito fácil culpar a população pela não efetividade de medidas como o lockdown, quando nem sequer se tem garantia das condições mínimas para sua efetivação.

Ainda sobre a carta do Conselho, afirmou que deveríamos solicitar/exigir que haja uma maior fiscalização, não só de festas e bares, mas também do transporte coletivo que atualmente é um local de grande transmissibilidade. Reforçou também, que temos condições de não retornarmos com as aulas presenciais no município nesse momento, pois as escolas públicas e privadas não estão preparadas para tal.

Declarou que é importante solicitar uma política de comunicação mais agressiva sobre a gravidade da pandemia, uma comunicação de massas impactante para ser transmitida nas mídias tradicionais.

Sobre a situação da comunidade quilombola, reforçou os encaminhamentos de levar a demanda à CIB para que sejam caracterizados como grupo prioritário de vacinação, e paralelamente a isso, pedir um acompanhamento maior da comunidade, fazer testagem em massa, e caso o Centro de Saúde não tiver condições para tal, criar uma comissão para fazer isso.

1.27 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Pedi para quem for contrário a proposta feita pela conselheira Josimari se manifeste, caso contrário, podemos aprovar o encaminhamento de apoio às medidas mais restritivas de contenção à *Covid-19*.

Concordou com a fala da Josimari, sobre a deturpação do sentido da palavra *lockdown* no Brasil, não vivemos *lockdown* aqui, embora muitas pessoas achem que sim. Destacou, inclusive, que para que uma restrição seja efetiva é necessário que haja diminuição de no mínimo 66% da circulação de pessoas, mas que aqui, temos apenas cerca de 38% a 41%.

Reforçou que quem chamou essas restrições de *lockdown* tinha interesses com isso, de 'manchar' o significado de *lockdown*, além de colocar economia e saúde como antagonistas. Isso tudo desencadeou o crescimento do número de casos e óbitos a ponto de sermos atualmente o país com maior número de contaminados e de óbitos por dia.

Falou que ficou sabendo de carreatas e passeatas que ocorreram pedindo para que não se proibam as aulas do turno da noite.

Reforçou que o Prefeito propôs medidas econômicas para vencer a discussão sobre saúde x economia, mas não foram acatadas. Falou que está bem difícil sem a coordenação nacional/federal mas que estão lutando com o possível.

Reforçou que com a gravidade da situação atual, não há vagas para nenhuma patologia, não só para a *Covid-19*.

Reforçou também, que este é um lugar democrático, para se ouvir as opiniões e demandas de todos, e que compartilha da angústia de cada um.

Informou que logo mais terá que se ausentar para participar de uma reunião de uma comissão formada pelos prefeitos junto com o Governador do Estado, que se reúnem todos os dias às 16h.

Explicou que nessa comissão foram montados quatro grupos de trabalho: Segurança e Fiscalização, Atenção Primária, Atenção Hospitalar e Comunicação Social que propõem avanços no combate à pandemia. Disse que ele e sua equipe tem se posicionado enfaticamente a favor do

lockdown, mas que outros setores declaram que não é preciso a Saúde se posicionar, pois todos conhecem a posição a favor do lockdown da área da Saúde, abriu um parênteses, lembrando o caso de Nova York, onde mesmo com um capital financeiro alto a disposição, só resolveu seu problema, após o *lockdown*.

2º Ponto de Pauta | Situação dos Agentes Comunitários de Saúde de Florianópolis

2.1 Gerusa Machado, Secretária Executiva do CMS.

Iniciou o segundo e último ponto de pauta, sobre a Situação dos Agentes Comunitários de Saúde de Florianópolis. Informou que passaria a palavra para o conselheiro Vice Presidente do Conselho Marcos César Pinar, para que o mesmo fizesse uma síntese da situação e informa que a Diretoria de Atenção à Saúde e a Assessoria Jurídica já estão na reunião para trazer mais informações sobre o assunto.

2.2 Marcos Cesar Pinar, União Florianopolitana de Entidades Comunitárias.

Explicou que o pedido foi resultado de uma pressão ao CMS por vários usuários que receberam cartas questionando o que aconteceu com relação aos Agentes de Saúde, que inclusive foi parar na justiça e que se sabe que a justiça solicitou a demissão imediata desses profissionais. Pontuou que o Conselho tem entendimento histórico de como foram feitos esses processos desde 2008, inclusive impossibilitando a contratação de novos Agentes de Saúde até hoje. Agora temos a possibilidade de perder os Agentes que restam, em meio a uma pandemia, o que torna essa situação ainda mais grave e inadmissível.

Declarou que o Conselho Municipal de Saúde se solidariza com os Agentes de Saúde e abre aqui um espaço de diálogo sobre esse tema.

2.3 Lucinéia Aparecida de Oliveira, Assessoria Jurídica.

Se apresentou e saudou a todos.

Declarou que no ano passado, a Assessoria Jurídica recebeu um expediente oriundo do Tribunal de Contas onde havia uma orientação para ser realizada as demissões dos Agentes Comunitários de Saúde que estavam com o contrato sem o devido processo de seleção. No momento do recebimento, se entendeu que a decisão excedia os limites da Secretaria em si, pois era uma situação para ser tratada a nível de Procuradoria Geral Municipal de Florianópolis. Disse que encaminharam esse expediente à PGM para tratar do assunto e as últimas atualizações são que o Procurador Geral fez o encaminhamento no sentido de justificar o momento inoportuno de tratar do assunto, tanto a nível pessoal dos servidores e do momento de pandemia, além de citar que a situação é complexa, já que pode envolver questão de direito adquirido, por que tem pessoas que inclusive estão perto de se aposentar, sendo assim, não é uma situação que possa ser resolvida de maneira simples.

Quanto ao processo judicial em si, declarou que não chegou à Assessoria Jurídica, nenhuma determinação, e que as questões judiciais ficam no âmbito da Procuradoria, e que as questões secundárias é que chegam ao setor Jurídico no âmbito da Secretaria. Se disponibilizou a responder aos questionamentos.

2.4 Nereu Sandro Espezim, Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Florianópolis.

Declarou que entende caber uma ação de desvio de função, pois os Agentes Comunitários de Saúde foram contratados para fazer o acompanhamento dos territórios de abrangência das

unidades, mas ultimamente foram desviados para trabalho interno de estruturação dessas unidades. Além disso, este momento não é propício para se discutir esse assunto, pois se está em meio a uma pandemia onde diversas famílias se encontram em situação vulnerável. Destacou que entende que em caso de uma ausência de retorno positivo, o Conselho Municipal deve procurar Advogados Populares e pensar em uma ação junto ao SINTRASEM para oferecer dignidade a esses trabalhadores. Disse estar sem palavras para expressar um assunto cruel como esse durante a pandemia. Disse ser necessário mobilizar o Conselho Municipal em defesa a esses nobres colegas que conhecem todos os “cantos” de Florianópolis.

2.5 Janaina Conceição Deitos, Federação Catarinense de Mulheres

Disse querer entender se ainda há recursos no âmbito do Tribunal de Contas e se o Município de Florianópolis pretende ir ao Judiciário contestar essa decisão do Tribunal de Contas.

Como Conselho, acredita que caiba uma Resolução contrária à orientação do Tribunal de Contas, além de querer entender qual o fundamento para esse absurdo em plena pandemia, pois recordou que em 2007, houve uma comissão feita pelo município, onde foi efetuada uma seleção para identificar os Agentes que passaram em um processo seletivo, sem especificar exatamente qual foi o processo e aqueles que não foram admitidos, de acordo com as legislações Federais e Municipais.

2.6 Lucinéia Aparecida de Oliveira, Assessoria Jurídica.

Declarou que em relação a orientação do Tribunal de Contas, pode a qualquer momento ser questionada judicialmente. Lembrou que o Tribunal de Contas é um órgão de caráter administrativo, entretanto, a sua orientação tem um peso em questões de Constitucionalidade. Pontuou que o fundamento principal da orientação é o processo seletivo em si, e que a Procuradoria Geral vai se utilizar de todos os meios possíveis para defender os interesses desses Agentes de fundamental importância dentro da estrutura da Prefeitura não só na pandemia, e sim de forma permanente.

2.7 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Declarou que há quatro anos, após assumir o cargo atual, recebeu a notícia do Tribunal de Contas, solicitando a demissão de todos os ACS, na época, ele (Carlos) e o Prefeito encaminharam documento ao Tribunal de Contas, destacando o prejuízo que a ação causaria nas contas do município e pedindo reconsideração sobre o parecer.

Posteriormente continuaram chegando questionamentos sobre como seria a demissão, e que o Governo Municipal manteve a posição de não ser possível. A situação atual que se coloca então, é o Tribunal de Contas apontando inconstitucionalidades, utilizando o critério de não adequação à função pública, declarando assim a inconstitucionalidade da medida. Sendo assim, a medida tomada foi entrar com uma nova ação, usando a pandemia, para questionar a decisão, já que foi estipulado um prazo para se realizar as demissões e que transitou no pleno do Tribunal.

Lembrou mais uma vez que a Procuradoria, através de todos meios cabíveis, está solicitando protelação até o fim da pandemia mais um ano, contra essa decisão do Tribunal de Contas que solicita realização de concurso público, alegando que isso demanda tempo e causaria uma diminuição de recursos humanos da Atenção à Saúde no enfrentamento a pandem. Disse que o processo está na Secretaria Municipal de Administração.

2.8 Josimari Telino de Lacerda, Universidade Federal de Santa Catarina.

Pedi para que Thiago da Diretoria de Atenção à Saúde explicasse como se chegou nesta atual situação e como se enxerga em um futuro próximo as medidas para resolver esse problema.

2.9 Thiago Barra Vidal, Diretoria de Atenção à Saúde

Saudou a todos e explicou que a nível pessoal sabe da importância dos Agentes Comunitários de Saúde, ainda mais depois da reorganização dos serviços da Atenção Primária nos últimos anos, ampliando seu foco de atuação. Pontuou mais uma vez a importância desses agentes comunitários para a Diretoria de Atenção à Saúde (DAS), onde se tentou passar o mínimo de calma nesse período, em virtude de uma provável demissão deles. Declarou que foi feito um documento encaminhado para apreciação, onde constam os motivos do município solicitar essa dilatação de prazo por um ano, e que agora se está aguardando a resposta. Disse que compartilhou os documentos com Gerusa, onde consta na CI, conforme solicitação do Secretário Adjunto, tendo em vista ter o embasamento na defesa.

Opinou não conseguir imaginar a Atenção Primária sem os Agentes Comunitários, devido a suma importância dos mesmos. Disse que ninguém optaria por demitir 382 Agentes Comunitários de Saúde e 108 Agentes de Endemia em uma rede já em pleno colapso.

Ficou a disposição de responder outros questionamentos.

2.10 Monica Duarte - Vice Presidente do Conselho Comunitário do Córrego Grande

Saudou a todos, se apresentou enquanto representante do Conselho Comunitário do Córrego Grande, falou que está participando da reunião com o intuito de entender a pauta dos Agentes Comunitários de Saúde e fazer o repasse para o seu Conselho Comunitário. Questionou se na época do processo seletivo já havia a previsão de que estes profissionais ficariam lá por tanto tempo e solicitou os documentos do processo administrativo para melhor entendimento da pauta. Agradeceu pelos esclarecimentos feitos até o momento.

2.11 Lucinéia Aparecida de Oliveira, Assessoria Jurídica.

Afirmou que pode disponibilizar os documentos do processo aos interessados, pois é um processo público, mas que provavelmente demoraria para encontrar pois é antigo, de 2008. Reforçou que não tem o conhecimento integral do processo, mas que o mesmo tem dois vieses, o Judicial e o Administrativo - que tramita no Tribunal de Contas.

Esclareceu que o Tribunal de Contas funciona como um fiscalizador e que suas decisões não são impositivas, mas têm peso. Exemplificou que, assim que o Tribunal de Contas encaminha uma recomendação ao Judiciário, este dificilmente não acata.

Reforçou a necessidade de se preocupar com determinada recomendação, mas que não sabe detalhes sobre o processo em si, pois a Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Saúde tem limites, tanto que sequer representa a Secretaria. Seu trabalho se limita a analisar pareceres internos e no âmbito Administrativo, mas não no Judicial.

Para além disso, reforçou que pode sim estar disponibilizando os documentos e auxiliando o Conselho no que for necessário.

Concordou com a fala do Thiago, sobre a importância dos Agentes Comunitários enquanto servidores por fazerem um trabalho muito importante nas comunidades e enquanto pessoas detentoras de direitos.

Por fim, se coloca à disposição para ajudar como for necessário.

2.12 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Se comprometeu a enviar os documentos solicitados para o Conselho. Avisou que terá que se ausentar e deixará a coordenação da Plenária para o Vice Presidente Marcos Pinar.

Sobre o processo, falou que espera que haja bom senso do Tribunal para reconsiderar isso, mas que o processo é bem antigo. Contudo, afirma que a Lucinéia encaminhará os documentos. Reforçou, inclusive, que esses dados poderiam ser solicitados da Secretaria de Administração e da Procuradoria do Município, que são quem representa o Município neste caso.

Se despede e finaliza sua fala.

2.13 Josimari Telino de Lacerda, Universidade Federal de Santa Catarina.

Agradeceu as falas anteriores, falou que seu questionamento era no sentido de se saber o que está acontecendo e quais estratégias estão sendo adotadas para enfrentar o problema, e que, quando ouve que não se sabe os detalhes do processo, tem a sensação que estamos apenas deixando rolar, sem intervir. Pediu para encaminharmos enquanto Conselho que na próxima plenária tenhamos todo o esclarecimento necessário acerca do processo, desde 2008 até hoje, e que sejam apresentadas quais serão as estratégias adotadas da saúde juntamente ao judiciário para enfrentamento dessa questão levando em consideração dois possíveis cenários: perder o processo nas instâncias maiores, e o que será feito a curto prazo para evitar que se chegue nessa situação. Encaminhou também que façamos uma carta com nosso posicionamento favorável aos Agentes Comunitários enquanto CMS.

2.14 Gerusa Machado, Secretária Executiva do CMS.

Questionou a Lucinéia se no processo tem registrado o histórico de todos esses anos, e caso não, onde devemos procurar essa informação.

2.15 Lucinéia Aparecida de Oliveira, Assessoria Jurídica.

Respondeu que no processo geralmente não fica registrado esse histórico, mas que há um documento que o interessado pode requerer, a Certidão Narrativa, nele o Escrivão faz um resumo de tudo que aconteceu no processo, afirmou que pode ter um custo mas que pode ser solicitado.

2.16 Josimari Telino de Lacerda, Universidade Federal de Santa Catarina.

Questionou se a SMS pode solicitar esse documento ou se algum conselheiro ou Agente Comunitário precisa solicitar.

2.17 Lucinéia Aparecida de Oliveira, Assessoria Jurídica.

Respondeu que não sabe qual a composição do polo passivo, mas acredita que seja apenas o município.

2.18 Gerusa Machado, Secretária Executiva do CMS.

Afirmou que irá verificar como proceder nesse caso.

2.19 Josimari Telino de Lacerda, Universidade Federal de Santa Catarina.

Esclareceu que seu pedido não é que a Secretaria veja o que é possível fazer, mas que o setor jurídico da Secretaria de Saúde reúna as informações necessárias e socialize com o Conselho na próxima Plenária no dia 30 de abril.

2.20 Lucinéia Aparecida de Oliveira, Assessoria Jurídica.

Afirmou que o jurídico pode providenciar a cópia dos autos e encaminhar ao conselho.

2.21 Marino Tessari, Conselho Regional de Educação Física de SC.

Afirmou que a Certidão Narrativa iria esclarecer melhor para todos.

2.22 Josimari Telino de Lacerda, Universidade Federal de Santa Catarina.

Concordou com o Marino, e reforçou a necessidade de aprovar seu encaminhamento.

2.23 Gerusa Machado, Secretária Executiva do CMS.

Questionou se poderia iniciar o regime de votação para o encaminhamento proposto pela Josimari.

2.24 Marcos Cesar Pinar, União Florianopolitana de Entidades Comunitárias.

Afirmou que o encaminhamento pode ser tanto para o Jurídico da Secretaria quanto para a Procuradoria Geral, que é quem está lidando com esse processo.

2.25 Gerusa Machado, Secretária Executiva do CMS.

Questionou se o que está sendo proposto é que a Secretaria providencie todas as informações solicitadas sobre o processo.

2.26 Josimari Telino de Lacerda, Universidade Federal de Santa Catarina.

Responde que não cabe ao Conselho dizer quem irá fazer, apenas encaminhar a solicitação.

2.27 Gerusa Machado, Secretária Executiva do CMS.

Iniciou o regime de votação. A Plenária aprovou o encaminhamento de solicitação do histórico do processo sobre os Agentes Comunitários de Saúde para a Assessoria Jurídica e Procuradoria por unanimidade.

2.28 Marcos Cesar Pinar, União Florianopolitana de Entidades Comunitárias.

Lembrou da proposta da Janaína de elaboração de uma resolução favorável aos Agentes Comunitários de Saúde.

2.29 Marino Tessari, Conselho Regional de Educação Física de SC.

Falou que é necessário, antes de votar alguma proposta, que saibamos os dados do processo.

2.30 Gerusa Machado, Secretária Executiva do CMS.

Respondeu que o que está sendo proposto é que o Conselho se manifeste contra a demissão dos ACS neste momento de pandemia, na próxima Plenária aprofundaremos o tema, para depois pensarmos em outras ações. Afirmou que neste momento temos as condições necessárias para votar contra ou a favor dessa proposta.

2.31 Marino Tessari, Conselho Regional de Educação Física de SC.

Afirmou que, no seu entendimento, o processo ainda está no Tribunal de Contas, e portanto não é uma ameaça imediata.

2.32 Marcos Cesar Pinar, União Florianopolitana de Entidades Comunitárias.

Afirmou que por isso mesmo é importante tirar uma posição enquanto CMS, por que a Prefeitura pode recorrer a essas ações, dessa forma, fortalecemos a posição favorável aos ACS.

2.33 Marino Tessari, Conselho Regional de Educação Física de SC.

Afirmou que entendeu, mas que se surpreende que um assunto importante como esse tenha ficado esquecido por tanto tempo.

2.34 Gerusa Machado, Secretária Executiva do CMS.

Iniciou o regime de votação. A Plenária aprovou por unanimidade o encaminhamento de elaboração de uma resolução contrária à demissão dos ACS neste momento de pandemia.

Reforçou que irão elaborar o texto da resolução e enviar a todos os conselheiros, assim como o texto da carta aberta sobre lockdown, aprovada a um tempo atrás, e a recomendação para a gestão da SMS sobre o acompanhamento da comunidade quilombola. Após enviar aos conselheiros e ver as possíveis colaborações, encaminharão os documentos.

2.35 Emerson de Jesus Duarte, Conselho Distrital de Saúde Sul.

Reforçou que o encaminhamento sobre a comunidade quilombola não era apenas de um acompanhamento maior da comunidade, mas também uma prioridade na fila de vacinação.

2.36 Gerusa Machado, Secretária Executiva do CMS.

Afirmou que sobre a prioridade na fila de vacinação, irão enviar uma carta à CIB. Reforçou que são dois documentos diferentes, um solicitando a priorização e outro solicitando que, enquanto não ocorre a vacinação, haja um melhor acompanhamento da comunidade por profissionais de saúde e testagem em massa da população de lá.

2.37 Marino Tessari, Conselho Regional de Educação Física de SC.

Questionou se esta assistência já não está sendo feita.

2.38 Marcos Cesar Pinar, União Florianopolitana de Entidades Comunitárias.

Respondeu que o atendimento tradicional que é feito é realizado na Unidade Básica de Saúde do Rio Vermelho, lembrou que houve um surto de casos de *Covid-19* na Comunidade Quilombola, eles participaram da última Plenária e trouxeram a questão para o Conselho, solicitando providências. Assim sendo, foi encaminhado de solicitarmos à Secretaria de Saúde que envie uma equipe para a comunidade, para verificar o que está acontecendo, pois, por ser uma comunidade quilombola que está com muitos casos de *Covid*, corremos o risco de perder essa comunidade. Reforçou que há diversos idosos da comunidade com outros problemas de saúde, e muitos têm idade maior do que o registrado no cartório, algo que era recorrente antigamente, e que por isso não estão na fila da vacina ainda, mas que se for verificado será comprovado que já tem direito de recebê-la. Reforçou a necessidade de que a equipe de saúde seja enviada ao local, pois há relatos que os quilombolas não estão conseguindo acessar nem a UBS e nem a UPA, por conta da pandemia. Questionou à Gerusa se foi esse o encaminhamento realizado.

2.39 Gerusa Machado, Secretária Executiva do CMS.

Respondeu que sim, e que por enquanto não é possível realizar a vacinação nessa população, porém foi solicitado que uma equipe de saúde acompanhe a comunidade.

2.40 Thiago Barra Vidal, Diretoria de Atenção à Saúde.

Afirma que avisará a Gerência de Atenção Primária sobre essa situação e agradece o relato. Concordou com a fala da Josimari no sentido de não estar tão apropriado sobre o tema dos ACS, afirmou que as ações na Secretaria são bem dinâmicas: “Na sexta-feira de manhã eu tinha que entregar um documento sobre a questão dos ACS até as 12h, enquanto Diretor da Atenção em Saúde, a sorte é que como sou médico da família, tenho conhecimento sobre o trabalho dos ACS, então consegui fazer a defesa dessa categoria. O documento foi entregue e ficou bem bom”. Porém reforçou que não conseguiu ir a fundo nessa questão, mas que já ouviu sobre essa questão judicial dos ACS há anos, sem saber se era real ou boato.

2.41 Gerusa Machado, Secretária Executiva do CMS.

Afirmou que entende que estamos vivendo um momento difícil para todos, mas que essas informações irão esclarecer essa questão que vem se arrastando a tanto tempo, e assim, possamos chegar a uma resolução boa para todos e favorável para a rede de saúde e os ACS.

2.42 Nereu Sandro Espezim, Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Florianópolis.

Afirmou que a equipe da Regional do Rio Vermelho pode fazer essa visita à comunidade quilombola, sugere que solicitemos uma participação na reunião da CIB para levar essa questão. Reforçou a necessidade de fazer um levantamento de quantas pessoas vivem na comunidade.

Questionou se a Janaína conseguiria realizar uma avaliação, junto à OAB, sobre a situação dos ACS, para que tenhamos uma avaliação jurídica sobre o caso. Reforçou que o encaminhamento da nota de apoio a esses profissionais é primordial, além de buscar saber qual ação foi proferida pelo Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis (SINTRASEM), e respeitá-la. E que, se houve algum erro administrativo, que o autor seja responsabilizado, e não os trabalhadores.

2.43 Marcos Cesar Pinar, União Florianopolitana de Entidades Comunitárias.

Reforçou o encaminhamento solicitado pelo Nereu, de enviarmos um Ofício à CIB solicitando participação de um conselheiro na próxima reunião.

2.44 Sulimar Vargas Alves, Conselho Distrital de Saúde Centro

Afirmou que essa defesa é simples de ser feita, só é necessário buscar a Convenção 169, da qual o Brasil é signatário, e continua a não ser que o Bolsonaro desautorize a ONU. Esta convenção trata das comunidades quilombolas. É papel do Conselho buscar essa Convenção e lutar pelo cumprimento da mesma.

2.45 Marcos Cesar Pinar, União Florianopolitana de Entidades Comunitárias.

Lembrou que a Procuradora Analúcia de Andrade Hartmann estará presente na reunião da CIB, deve conhecer a Convenção citada pelo conselheiro Sulimar e entende da linguagem jurídica. No entanto, quem estiver representando o CMS na reunião poderá auxiliar e reforçar a defesa da vacinação para a comunidade Quilombola o mais rápido possível.

2.46 Gerusa Machado, Secretária Executiva do CMS.

Leu o chat: “Teve uma decisão do STF de 23/02 priorizando ações para os quilombos, o prazo para ações efetivas é de um mês e vence em 23/03.”

Lembrou que, por conta da nossa Plenária de hoje, a reunião da Câmara Técnica que seria realizada hoje, passará para dia 22/03 às 13h30min, pois dia 23 é feriado de aniversário do

município. Nesta reunião será apreciada e debatida a Prestação de Contas do 3º Quadrimestre de 2020, reforçou a necessidade de participação de todos.

2.47 Marcos Cesar Pinar, União Florianopolitana de Entidades Comunitárias.

Relembrou que tudo que foi encaminhado hoje (cartas, ofícios, etc) será encaminhado no grupo de *Whatsapp* para conhecimento de todos, e possíveis alterações. Serão elaborados os seguintes documentos: uma resolução reforçando a necessidade de *lockdown*, uma carta aberta à sociedade, se posicionando com o COES e Ministério Público sobre isso, a resolução sobre os ACS, a averiguação que a Josimari solicitou e os encaminhamentos sobre a comunidade quilombola. Falou que foi uma reunião bem produtiva. Agradeceu a participação de todos.

2.48 Gerusa Machado, Secretária Executiva do CMS.

Agradeceu a presença e esforço de todos, os Agentes Comunitários que se fizeram presentes, a Assessoria Jurídica, a Diretoria de Atenção à Saúde. Reforçou que o CMS está junto nessa luta dos ACS e da comunidade quilombola.

2.49 Thiago Barra Vidal, Diretoria de Atenção à Saúde.

Sugeriu à Gerusa que chame a enfermeira Elizimara Siqueira da GAP, pois ela participou dessa época do processo seletivo dos ACS, e portanto, poderia trazer contribuições importantes para o debate sobre essa questão.

2.50 Gerusa Machado, Secretária Executiva do CMS.

Agradeceu a sugestão do diretor da DAS e acrescentou que havendo necessidade o Conselho procuraria enfermeira Elizimara.

2.51 Marcos Cesar Pinar, União Florianopolitana de Entidades Comunitárias.

Encerrou a reunião.

Conselheiros Presentes

Presidente

1. Carlos Alberto Justo da Silva, Secretário Municipal de Saúde.

Governo Municipal

2. Daniela Baumgart de Liz Calderon, Secretaria Municipal de Saúde.

Entidades Sindicais e Associações de Profissionais de Saúde

3. Karin Gomes Paz, Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.
Marino Tessari, Conselho Regional de Educação Física de SC (suplente).
4. Deise Maria Pacheco Gomes, Conselho Regional de Nutricionistas 10ª Região.
5. Marcos Revillion de Oliveira, Associação Catarinense de Medicina de Família e Comunidade.

Entidades Sindicais e Associações de Trabalhadores em Saúde do Serviço Público

6. Wallace Fernando Cordeiro, Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Florianópolis.
Nereu Sandro Espezim, Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Florianópolis.

Instituições públicas ou privadas de ensino

7. Josimari Telino de Lacerda, Universidade Federal de Santa Catarina.

Entidades Populares

8. Marcos Cesar Pinar, União Florianopolitana de Entidades Comunitárias.
9. Janaina Conceição Deitos, Federação Catarinense de Mulheres.
10. Leonilda Delourdes Gonçalves, Pastoral da Pessoa Idosa.
11. Alencar Valmor Vigano, Associação de Moradores do Campeche.

Entidades de Aposentados e Pensionistas

12. Francisco Teixeira Nobre, Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil.

Conselhos Distritais de Saúde

13. Carmen Mary de Souza Souto, Conselho Distrital de Saúde Centro.
Sulimar Vargas Alves, Conselho Distrital de Saúde Centro (Suplente).
14. Lisia Maria Barth Lavalhos, Conselho Distrital de Saúde Norte.
15. Emerson de Jesus Duarte, Conselho Distrital de Saúde Sul.

Entidades Sindicais e Associações de Trabalhadores

16. Marcelo Pacheco de Freitas, Associação em Prol da Cidadania e dos Direitos Sexuais;
17. Sylvio da Costa Junior, Central Única dos Trabalhadores.

Entidades Não Governamentais que Atuam no Atendimento a Pessoas com Patologias Crônicas e Pessoas com Deficiência

18. Maria Conceição dos Santos Machado, Associação Brasileira de Portadores de Câncer.
19. Maíra Antonello Rasia, Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Florianópolis.

Entidades Ausentes

Governo Municipal

20. SME | Secretaria Municipal de Educação;
21. SEMAS | Secretaria Municipal de Assistência Social;
22. SMI | Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Governo Estadual

23. SES | Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina.

Entidades Prestadoras de Serviço em Saúde

24. AHESC | Associação de Hospitais de Santa Catarina.
25. SINDLAB | Sindicato de Laboratórios de Análises Clínicas, Patologia Clínica e Anátomo-Citopatologia de Santa Catarina.

Entidades Sindicais e Associações de Profissionais de Saúde

26. SOESC | Sind. Odontologistas no Estado de SC.
27. ACO | Academia Catarinense de Odontologia.

Entidades Sindicais e Associações de Trabalhadores em Saúde do Serviço Público

28. SINDPREVS/SC | Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal em Santa Catarina.

Entidades Populares

29. Instituto Arco- Íris;

30. UNEGRO | União de Negras e Negros pela Igualdade de Santa Catarina.

31. CONFIA | Conselho Comunitário Lot. Jd. Anchieta, Flor da Ilha e Jardim Germânia

Conselhos Distritais de Saúde

32. CDS CONTINENTE | Conselho Distrital de Saúde Continente

Participantes e Convidados

1. Alba Regina Goncalves
2. Aldanei Silva
3. Alexandra Raimundo
4. Almeida Reis
5. Andréia Ribeiro
6. Bernadete Quadro - Membro do Conselho Comunitário do Córrego Grande - CCCG
7. Bruno Gavião - assistente social residente NASF continente
8. Carmem Botelho
9. Centro de Saúde Ratores
10. Charlene Marilene Duarte
11. Claudeci Ferreira
12. Claudete Goulart
13. Cláudia Tomaschewski - Conselho Local do Rio Vermelho
14. Clenir Parizotto
15. Daiana Regina Wagner
16. Duda Araújo
17. Elaine Olga
18. Elisa Francisco
19. Erica Xavier De Oliveira - CLS Ratores
20. Evelyn Cremonese
21. GeG.email. contato
22. Graziela Barbosa
23. Helena Jucelia Vidal de Oliveira
24. Ines Goreti Ribeiro
25. Jaina da Conceição Goes
26. Joice Elena Da Silva
27. Jucyara Beckhauser
28. Lucas Leontino de Jesus Wiggers
29. Luciana Livramento
30. Luciana Moraes
31. Lucinéia Aparecida de Oliveira - Assessoria Jurídica
32. Marcia Regina Dutra
33. Maria Hortência de lara
34. Maria Rosa
35. Marina Isolde Constantini - residente NASF FPOLIS

36. Matheus Pacheco de Andrade
37. Monica Duarte - Vice Presidente do Conselho Comunitário do Córrego Grande
38. Nayara Tonelli - Associação dos Pacientes Renais (APAR)
39. Nereu Sandro Espezim
40. Nilzete Mariano
41. Rafaela Souza
42. Raquel Bascherott
43. Renate Piehowiak
44. Rockysane Barbosa
45. Rosangela Eller
46. Roseane Hilbert Ferreira Nicolau - Comunidade - estudante Psicologia
47. Roseli Terezinha de Oliveira Roseli
48. Silvana Rodrigues
49. Thais Helena Lippel
50. Thiago Barra Vidal - DAS
51. Valmor Manoel Vieira Neto
52. Vitória Davi Marzola - CLS RV
53. Vitória Manoel

Glossário de Siglas e Abreviaturas

- ACS- Agentes Comunitários de Saúde
- CIB - Comissão Intergestores Bipartite
- CMS - Conselho Municipal de Saúde
- COES - Centro de Operações de Emergência em Saúde
- DAS - Diretoria de Atenção à Saúde
- EPI - Equipamento de Proteção Individual
- GAP - Gerência de Atenção Primária
- OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
- PGM - Procuradoria Geral do Município
- RH - Recursos Humanos
- RH - Recursos Humanos
- SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
- SESI - Serviço Social da Indústria
- SMS - Secretaria Municipal de Saúde
- SUS - Sistema Único de Saúde
- UBS - Unidade Básica de Saúde
- UPA - Unidade de Pronto Atendimento
- UTI - Unidade de Tratamento Intensivo